

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.346 - DF (2019/0229883-5)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : ALVONIO PORTO DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : CLAUDIA ANTONIA CORREA E OUTRO(S) - DF025768  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por ALVONIO PORTO DA SILVA - preso cautelarmente por suposta infração ao art. 50, incisos I e II e parágrafo único, incisos I e II da Lei n. 6.766/1998, na forma do art. 69 do Código Penal; art. 7º, inciso VII, da Lei n. 8.137/1990; arts. 158, §1º, 288 e 299 do Código Penal e arts 40 e 48 da Lei n. 9.605/1998 - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (HC n. 0712648-38.2019.8.07.0000) que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 146):

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PARCELAMENTO DE IMÓVEL. DIVERSOS CRIMES. VÁRIOS RÉUS. DILAÇÃO JUSTIFICADA. ORDEM DENEGADA.*

*1. A observância dos prazos constitui direito do acusado, contudo o tempo de duração do processo não pode ser analisado com rigor absoluto, e o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, impondo-se promover a análise pormenorizada do caso concreto.*

*2. Se as circunstâncias justificam a dilação do prazo para a instrução do feito, tratando-se de denúncia por fatos decorrentes de suposto parcelamento irregular de imóvel contra vários réus, não há falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo, de modo que se mantém a prisão preventiva decretada fundamentadamente contra o paciente.*

*3. Ordem denegada.*

Nas razões do presente recurso, a defesa alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal diante do excesso de prazo para a formação

# *Superior Tribunal de Justiça*

da culpa.

Diante disso, requer a revogação da prisão preventiva do  
recorrente.

O Ministério Público Federal opinou pelo reconhecimento da  
prejudicialidade do recurso ordinário (e-STJ fls. 181/182).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações obtidas no endereço eletrônico do  
Tribunal de origem, em 9/9/2019, o Magistrado de primeiro grau decidiu pela  
aplicação das medidas constantes do art. 319, IV, V e VIII, do Código de Processo  
Penal, e determinou a expedição de alvará de soltura em favor do recorrente.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial que  
visava à liberdade do recorrente ao argumento de demora no término da instrução.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do  
Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente  
recurso.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator